

SEM CRESCIMENTO ECONÓMICO NÃO HÁ POSSIBILIDADES DE HAVER CRESCIMENTO DO EMPREGO EM PORTUGAL

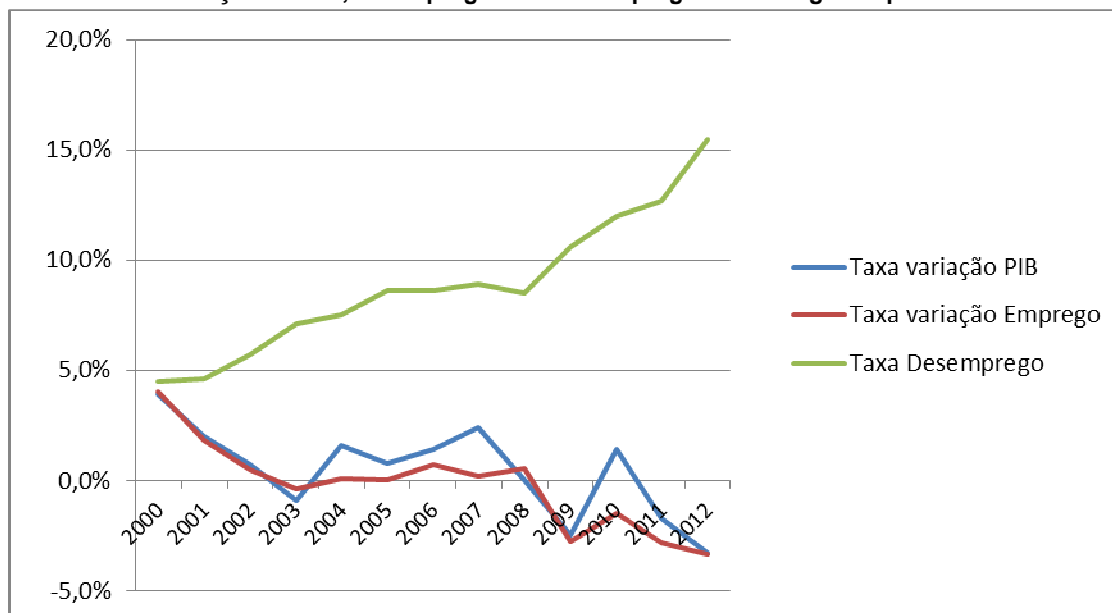
Este artigo foi publicado nos “Cadernos de Economia da Ordem dos Economistas (nº Julho/Setembro 2012)

Em Maio de 2012, na conferência de imprensa de encerramento do conselho para a globalização 2012, em Cascais, Cavaco Silva, referindo-se ao crescimento económico e à dimensão atingido pelo desemprego no nosso país, afirmou textualmente o seguinte: “*Eu já tive a ousadia de afirmar que face aos indicadores positivos que tenho recolhido um pouco por todo o país - no domínio da inovação, da criatividade, da melhoria da qualidade dos produtos e da vontade exportadora do nosso tecido empresarial – que existir alguma possibilidade de inversão da tendência no segundo semestre deste ano*” (Lusa, 4 de Maio 2012). Se esta declaração fosse ou se revelasse verdadeira, ter-se-ia crescimento de emprego sem crescimento económico, ou melhor, com recessão económica. Dito por um presidente, que se afirma também economista, tal afirmação não deixa de ser insólita. Interessa, por isso, esclarecer esta questão que é importante, até para que não se criem ilusões que só servem para adiar uma política de crescimento económico que é necessária, só possível de implementar com uma intervenção intensa do Estado, pois os privados não investem por mais declarações que se façam. O adiamento de tal política está a tornar o problema muito mais grave quer sob ponto de vista social quer de resolver.

Em primeiro lugar, o desemprego é o problema social mais grave que o país enfrenta neste momento; depois, porque as próprias previsões oficiais de crescimento da economia portuguesa, quando conseguir sair da recessão económica em que está mergulhada (e não se sabe ao certo quando isso acontecerá) são muito reduzidas, para não dizer que apontam para um crescimento anémico. No Documento de Estratégia Orçamental 2010-2016 do XIX governo prevê-se que “*em todo o horizonte da projecção (2010/2060), o PIB real crescer abaixo dos 2%*” (pág. 39.). E esta previsão é ainda agravada pela aprovação do chamado Pacto Orçamental a nível da Zona Euro que impõe aos países um défice estrutural máximo de 0,5% do PIB, o que impede, se for respeitado, que o Estado possa ter qualquer política de promoção do crescimento económico.

Assim, a questão que é importante esclarecer é se é possível haver, não uma redução da taxa de desemprego, mas pelo menos um crescimento líquido do emprego sem crescimento económico como afirmou Cavaco Silva, ou mesmo com um crescimento anémico como apontam as previsões oficiais; por outras palavras, se as declarações de Cavaco Silva e as posteriores de Passos Coelho, de que 2013 será o ano da inversão da situação, têm alguma consistência/credibilidade técnica. Para responder de uma forma objectiva a esta questão, interessa analisar, com a base na experiência passada, a correlação que existe em Portugal entre taxa de variação PIB real, taxa de variação do emprego, e taxa de desemprego. O gráfico seguinte mostra as relações que se verificaram em Portugal entre aquelas três variáveis no período 2000/2012.

Gráfico 1- Variação do PIB, do emprego e do desemprego em Portugal no período 2000/2012



FONTE: Eurostat e INE

Se analisarmos o período 2000/2012 conclui-se, como revela o gráfico, que existe uma correlação negativa, ou seja, inversa entre variação do PIB e a variação da taxa de desemprego, e uma correlação positiva, ou seja, no mesmo sentido entre a variação do PIB e variação do emprego.

Assim, quando a taxa de crescimento económico diminui a taxa de desemprego aumenta e, inversamente, quando o PIB real cresce a taxa de desemprego diminui: Esta relação é conhecida pelos economistas por lei de Okun, que Cavaco Silva ignorou nas declarações que fez. Numa aplicação da Lei de Okun a Portugal, feita na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2007 por João Sousa Andrade, levou “à conclusão que a taxa de crescimento (anualizada) que não cria desemprego é 2,7%” (GEMF, Coimbra, 2007); portanto, em Portugal, mesmo com taxas positivas de crescimento do PIB positivas, desde que elas sejam inferiores a 2,7%, a taxa de desemprego continuará a aumentar. Os dados do gráfico confirmam isso.

Em relação ao emprego, verifica-se precisamente o contrário, ou seja, o emprego só aumenta quando a taxa de variação do PIB é positiva, e a taxa de crescimento económico é superior à taxa de crescimento do emprego; por outras palavras, aquela tem que se ser elevada para esta descolar. O gráfico 1 mostra isso de uma forma clara. Em Portugal, entre 2003 e 2008 verificou-se crescimento do emprego, mas as taxas decrescimento económico foram sempre superiores às taxas de aumento do emprego. Para além disso, acentua-se cada vez mais a tendência em economias desenvolvidas de se verificar crescimento económico sem crescimento de emprego ou, pelo menos, com crescimento cada vez mais reduzido de emprego (é o fenómeno conhecido por “jobless”).

Assim, afirmar ou insinuar, como o fizeram Cavaco Silva e Passos Coelho, de que é possível haver em Portugal diminuição do desemprego sem crescimento económico visível e sustentado ou é incompetência dando provas de que não sabem como funciona a economia, ou então com o propósito claro de enganar os portugueses.

A DESTRUIÇÃO MACIÇA E SEGMENTADO DO EMPREGO EM PORTUGAL ESTÁ A AUMENTAR A EXCLUSÃO SOCIAL

Actualmente, está a verificar em Portugal, como consequência da política recessiva e contra-ciclo aplicada em plena crise económica e social com o objectivo de reduzir de uma forçada o défice orçamental, uma destruição maciça de emprego que país não suporta por mais tempo, como revelam os dados divulgados pelo

Quadro 2 – Destruição líquida de emprego no período 2007/2012 – Em milhares

EMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (media dos 2 primeiros trimestres)	Varição 2007-2012
Até ao Básico- 3º ciclo	3.660,1	3.629,4	3.405,6	3.244,0	2.956,7	2.756,4	-903,70
Secundário e pós	776,6	791,8	848,8	904,4	970,7	985,6	209,00
Superior	733,0	776,6	799,7	829,8	909,7	933,3	200,30
TOTAL	5.169,7	5.197,8	5.054,1	4.978,2	4.837,1	4.675,3	-494,40

FONTE. Estatísticas do Emprego - INE

Após 2007, ou seja, depois do início da crise, e consequência também de uma severa política de austeridade fortemente recessiva, verificou-se em Portugal uma destruição maciça de emprego, tendo-se registado neste período uma redução líquida de emprego que atingiu praticamente meio milhão de empregos (mais precisamente, 494,4 mil). No entanto, se a análise for feita segmentando-a por níveis de escolaridade conclui-se que a redução líquida de emprego atingiu fundamentalmente trabalhadores com baixa escolaridade (ensino básico ou menos), pois o seu número reduziu-se em 903,7 mil. Esta redução resulta do facto dos despedimentos estarem atingir fundamentalmente estes trabalhadores que depois muito dificilmente arranjam novo emprego, estando-se assim a criar um problema social de uma gravidade extrema.

A exclusão social está a aumentar rapidamente em Portugal provocada pelo crescimento significativo do desemprego de longa duração e também pelo número crescente de desempregados reais que, desencorajados por nunca encontrarem emprego, deixaram de procurar trabalho e que, por esse facto, não são considerados nos números oficiais de desemprego divulgados pelo INE.

Entre o 2º Trimestre de 2007 e o 2º Trimestre de 2012, o desemprego total oficial aumentou 89,1%, mas o desemprego de longa duração (12 ou mais meses) cresceu 104,9% (o desemprego com a duração de 25 ou mais meses aumentou 121,1%). No fim do 2º Trimestre de 2012, o desemprego oficial de longa duração (mais de 12 meses) já representava 53,6% (443,3 mil) do desemprego total (827 mil).

No entanto, para além deste número existem muitos outros desempregados reais que não são considerados nas estatísticas oficiais referentes ao desemprego. Segundo as Estatísticas do Emprego referentes ao 2º Trimestre de 2012, divulgadas pelo INE, o desemprego oficial que no 2º Trimestre de 2012 atingiu a taxa 15%, o que corresponde a 827 mil desempregados, se somarmos os **“Inativos disponível mas que não procuram emprego”** e o **“Subemprego de trabalhadores a tempo parcial”**, todos eles desempregados reais obtém-se 1.305.300, o que corresponde a uma taxa de desemprego real de 22,8%. E no fim do 2º Trimestre de 2012, apenas 356,5 mil desempregados (43,1% do desemprego oficial; 27,3% do desemprego real) recebiam subsídio de desemprego, segundo a Segurança Social. E o número de desempregados a receber subsídio de desemprego que tinha aumentado até ao 1º Trim.2011 para 360,7 mil, no 2º Trimestre de 2012 diminuiu para 356,5 mil, apesar do desemprego continuar a crescer.

Eugénio Rosa
Economista,
edr2@netcabo.pt